



CENTRO DE EXCELÊNCIA EM POLÍTICAS PÚBLICAS – CEPP  
CNPJ nº 33.927.377/0001-40

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO			
(Em reais)			
Descrição	2021	2020	
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	19.768.629,38	12.611.566,75	
Contas a Receber	554.871.876,56	276.328.661,32	
Despesas Antecipadas	20.380,54	3.822,98	
Outros créditos	282.780,04	34.183,49	
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>574.943.666,52</b>	<b>288.978.234,54</b>	
<b>Ativo não circulante</b>			
<b>Realizável a longo prazo</b>			
Projeto cegonha	159.828.842,47	140.850.523,14	
Projeto hospital da mulher	354.897.767,50	286.347.959,41	
Projeto UPA Itaperuna	16.563.048,42	16.563.001,76	
Projeto AP 4.0	98.079.589,33	98.069.300,64	
Projeto Itaguaí	137.774,05	88.448,94	
Projeto Saquarema	2.554.564,14	320.739,03	
Projeto Maricá	11.983.430,00	10.454.523,72	
Projeto AP 5.3	49.675,90	-	
Título de capitalização	1.000,00	1.000,00	
<b>Imobilizado</b>			
Imobilizado próprio	5.756,34	5.756,34	
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>644.101.448,15</b>	<b>552.701.252,98</b>	
<b>Total do ativo</b>	<b>1.219.045.114,67</b>	<b>841.679.487,52</b>	
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo Circulante</b>			
Contas a pagar	501.775.683,65	276.327.940,52	
<b>Total do Passivo Circulante</b>	<b>501.775.683,65</b>	<b>276.327.940,52</b>	
<b>Não circulante</b>			
Projeto Cegonha	215.804.186,40	142.203.067,93	
Projeto Hospital da Mulher	360.904.460,43	286.711.625,26	
Projeto UPA Itaperuna	16.551.945,05	16.551.945,05	
Projeto AP 4.0	97.384.978,34	97.382.448,56	
Projeto AP 5.3	6.229.114,08	3.976.272,84	
Projeto Saquarema	12.196.371,12	7.054.144,10	
Projeto Maricá	6.018.927,87	4.057.136,29	
Projeto Itaguaí	1.129.058,03	748.132,58	
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>716.219.041,32</b>	<b>558.684.772,61</b>	
<b>Patrimônio Social</b>			
Superávit Acumulado	6.666.774,39	51.212,51	
Superávit (Déficit) do Exercício	(5.616.384,69)	6.615.561,88	
<b>Total do Patrimônio Líquido Social</b>	<b>1.050.389,70</b>	<b>6.666.774,39</b>	
<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido Social</b>	<b>1.219.045.114,67</b>	<b>841.679.487,52</b>	

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO			
(Em reais)			
Descrição	2021	2020	
<b>Receitas Operacionais</b>			
Receitas de Serviços Prestados	-	-	
Repasse para Gestão, Gerenciamento e Operacionalização de Contratos	229.555.371,43	164.474.370,18	
<b>Total das Receitas Operacionais</b>	<b>229.555.371,43</b>	<b>164.474.370,18</b>	
<b>Dedução da Receita</b>			
(-) ISS sobre Serviços Prestados	-	-	
<b>Receita Líquida</b>	<b>229.555.371,43</b>	<b>164.474.370,18</b>	
<b>(Despesas) Receitas Operacionais</b>			
Despesas com Pessoal	(86.790.061,93)	(45.482.806,25)	
Despesas administrativas	(150.739.121,82)	(112.450.362,43)	
Despesas tributárias	(41.188,50)	(5.483,45)	
Outras receitas operacionais	2.233.825,11	-	
<b>Total das Despesas Operacionais</b>	<b>(235.336.547,14)</b>	<b>(157.938.652,13)</b>	
<b>(DÉFICIT) SUPERÁVIT ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>(5.781.175,71)</b>	<b>6.535.718,05</b>	
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>			
(+) Receita financeira	578.554,79	186.195,04	
(-) Despesas financeira	(413.763,77)	(106.351,21)	
<b>(DÉFICIT) SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO</b>	<b>(5.616.384,69)</b>	<b>6.615.561,88</b>	

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL			
(Em reais)			
Descrição	Superávit (Déficit) Acumulado	Superávit ou Déficit do Exercício	Total
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018</b>			
Transferência do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2018	105.029,71	127.698,95	232.728,66
Déficit do Exercício	-	(181.516,15)	(181.516,15)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019</b>	<b>232.728,66</b>	<b>(181.516,15)</b>	<b>51.212,51</b>
Transferência do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2019	(181.516,15)	181.516,15	-
Superávit do Exercício	-	6.615.561,88	6.615.561,88
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020</b>	<b>51.212,51</b>	<b>6.615.561,88</b>	<b>6.666.774,39</b>
Transferência do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020	6.615.561,88	(6.615.561,88)	-
Déficit do Exercício	-	(5.616.384,69)	(5.616.384,69)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021</b>	<b>6.666.774,39</b>	<b>(5.616.384,69)</b>	<b>1.050.389,70</b>

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO			
(Em reais)			
Descrição	2021	2020	
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
<b>(Déficit) Superávit do exercício</b>	<b>(5.616.384,69)</b>	<b>6.615.561,88</b>	
<b>Ajuste para reconciliar o (Déficit) Superávit do exercício ao caixa gerado pelas atividades operacionais</b>			
Depreciação e amortização	0,00	1.568,88	
<b>(5.616.384,69)</b>	<b>6.617.130,76</b>		
<b>(Aumento) diminuição no ativo circulante e não circulante</b>			
Contas a Receber	(278.543.215,24)	(276.282.443,80)	
Despesas Antecipadas	16.557,56	-	
Outros créditos	(248.596,55)	(134,15)	
Projeto Cegonha	(18.978.319,33)	(32.105.873,53)	
Projeto Hospital da Mulher	(68.549.808,09)	(85.772.544,79)	
Projeto UPA Itaperuna	(46,66)	-	
Projeto AP 4.0	(10.288,69)	(61.806.890,27)	
Projeto Itaguaí	(49.325,11)	(88.448,94)	
Projeto Saquarema	(2.233.825,11)	(320.739,03)	
Projeto Maricá	(1.528.906,28)	(10.454.523,72)	
Projeto AP 5.3	(49.675,90)	-	
<b>(370.208.564,52)</b>	<b>(466.831.598,23)</b>		
<b>Aumento (diminuição) no passivo circulante e não circulante</b>			
Contas a pagar	225.447.743,13	276.283.427,96	
Obrigações Tributárias	-	(95,76)	
Obrigações Trabalhistas e Sociais	-	(26,40)	
Projeto Cegonha	73.601.118,47	29.585.193,63	
Projeto Hospital da Mulher	74.192.835,17	80.463.930,17	
Projeto UPA Itaperuna	-	(11.056,71)	
Projeto AP 4.0	2.529,78	55.944.517,87	
Projeto AP 5.3	2.252.841,24	3.976.272,84	
Projeto Saquarema	5.142.227,02	7.054.144,10	
Projeto Maricá	1.961.791,58	4.057.136,29	
Projeto Itaguaí	380.925,45	748.132,58	
<b>382.982.011,84</b>	<b>458.100.714,57</b>		
<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais</b>			
<b>7.157.062,63</b>	<b>(2.113.752,90)</b>		
<b>Atividades de Investimento</b>			
Aquisição de Imobilizado e/ou intangível	-	5.537,48	
<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento</b>			
<b>-</b>	<b>5.537,48</b>		
<b>Aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa</b>			
<b>7.157.062,63</b>	<b>(2.119.290,38)</b>		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	12.611.566,75	14.730.857,13	
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	19.768.629,38	12.611.566,75	
<b>Aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa</b>			
<b>7.157.062,63</b>	<b>(2.119.290,38)</b>		

**CENTRO DE EXCELÊNCIA EM POLÍTICAS PÚBLICAS - CEPP.**  
**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020**

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**  
O CENTRO DE EXCELÊNCIA EM POLÍTICAS PÚBLICAS – CEPP é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, constituída em 09 de maio de 1969, reconhecida como OSS (Organização Social em Saúde), pelo município do Rio de Janeiro, em 07 de outubro de 2010, regida pelo seu estatuto social e pelas leis que lhe são aplicáveis.

A entidade tem por objetivos: a promoção de saúde em todos os seus níveis de atenção (primária, secundária e terciária) diretamente ou em parceria com o Poder Público, contribuindo de forma efetiva para a melhoria contínua dos serviços prestados pelo Sistema Único de Saúde do Brasil; a promoção de gestão de serviços de saúde, de forma a garantir mudanças nos indicadores e na qualidade de vida da população, com uma visão estratégica definida em um processo de aprimoramento contínuo; a promoção de educação como processo formativo, objetivando a formação, a capacitação, o treinamento e o aperfeiçoamento de profissionais em geral, principalmente nas áreas de saúde, educação e cultura; a promoção da pesquisa, do ensino e do desenvolvimento institucional, por meio da elaboração e execução de projetos; a realização ou participação em projetos desportivos e para desportivos e lazer, direcionados ao desporto educacional de participação e de rendimento; a defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável; e a promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico, inclusive mediante a realização de projetos de arqueologia e produção de audiovisual.

**2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS.**  
As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

**2.1. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.**  
As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica ITG 2002 – “Entidades sem Finalidade de Lucros”, combinada com a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.255/09, que aprovou a NBC TG 1000 – “Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas”.

A apresentação de demonstrações contábeis em conformidade com as referidas normas requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração da entidade no processo de aplicação das políticas contábeis, não havendo, porém, áreas ou situações de maior complexidade que requerem maior nível de julgamento ou estimativas significativas para as demonstrações

contábeis.

**MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO**  
As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em REAIS, que é a moeda funcional da Organização e, também, a sua moeda de apresentação.

**3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS.**  
**a. Caixa e equivalentes de caixa**  
Compreendem dinheiro em caixa e depósitos bancários, demonstrados ao custo, e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor demonstrado ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, tendo como contrapartida o superávit do exercício.

**b. Projetos Cegonha | Hospital da Mulher Mariska Ribeiro e UPA Itaperuna**  
**Ativo não circulante**  
Estão apresentadas por saldos bancários, aplicações financeiras acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, contas a receber, bem como das despesas dos projetos.

**-Passivo não circulante**  
Estão apresentadas pelos repasses recebidos, rendimentos das aplicações financeiras a serem aplicados na execução dos projetos e das obrigações a pagar de curto prazo.

**Mensurado ao valor justo por meio do resultado (superávit ou déficit)**  
Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do superávit ou déficit do exercício, na rubrica “Receitas financeiras”, no período em que ocorrerem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação, neste caso as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.

**c. Imobilizado**  
**-Reconhecimento e mensuração**  
Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

**-Depreciação**  
Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil-econômica dos bens. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

**d. Doações de bens e direitos a apropriar**  
Os bens recebidos (imobilizado e intangível) em doação ou aqueles adquiridos com recursos oriundos de projetos incentivados (Lei Rouanet) ou do contrato de gestão, são contabilizados observando o disposto na NBC TG 07 - “Subvenção e Assistência Governamentais”. Segundo a referida norma, a receita de doação relacionada a ativo depreciável deve ser reconhecida ao longo do período da vida útil do bem ou direito e na mesma proporção de sua depreciação, sendo reconhecida a crédito de depreciação registrada como despesa no resultado.

**4. PATRIMÔNIO SOCIAL.**  
É constituído pelo superávit e déficit inerente às atividades da Entidade, apurado ao término de cada exercício social.

**5. IMUNIDADES E ISENÇÕES TRIBUTÁRIAS.**  
Consideram-se isentas as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural, científico e as associações civis que prestam os serviços para os quais houveram sido instituídas e os colocam à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos. Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit em suas contas ou caso o apresente em determinado exercício, destine-o integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos objetivos sociais da entidade, desde que atendidas às demais condições legais.

A Entidade é associação privada, sem fins lucrativos, assim definidos em seu estatuto social e atende aos requisitos da legislação sendo imune ao Imposto de Renda e isenta a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

Em relação à Contribuição Social para Programa de Integração Social (PIS), a entidade está sujeita ao recolhimento da contribuição calculada sobre a folha de salários a alíquota de 1%.

**6. COMPROMISSOS E CONTINGÊNCIAS.**  
A Entidade está sujeita a processos judiciais, reivindicações e contingências resultantes do curso normal dos negócios. Quando tais valores podem ser estimados a Administração da Entidade, de acordo com a Deliberação CVM no 489/05, adota procedimento de classificar as causas imputadas em função do risco de perda, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, da seguinte forma:

- Para causas cujo desfecho negativo para a Organização seja considerado como provável, são constituídas provisões;
- Para as causas cujo desfecho negativo para a Organização seja considerado como possível, as informações correspondentes são divulgadas em Notas Explicativas, e
- Para as causas cujo desfecho negativo para a Organização seja considerado como remoto, somente são divulgadas em Notas Explicativas as informações, que, a critério da Administração, sejam julgadas de relevância para o pleno entendimento das demonstrações contábeis.

Em 31 de dezembro de 2021 o CENTRO DE EXCELÊNCIA EM POLÍTICAS PÚBLICAS – CEPP possuía ações judiciais em curso



**CENTRO DE EXCELÊNCIA EM POLÍTICAS PÚBLICAS – CEPP**  
**CNPJ nº 33.927.377/0001-40**

Continuação

conforme assessoria jurídica.

**7. SEGUROS**

Em 31 de dezembro de 2021, o **CENTRO DE EXCELÊNCIA EM POLÍTICAS PÚBLICAS – CEPP** mantinha cobertura de seguros para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de suas atividades.

**8. INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

**a) Valorização dos instrumentos financeiros**

Os principais instrumentos financeiros do ativo em 31 de dezembro de 2021 são:

· **Caixa e equivalentes de caixa:** Os saldos em conta corrente têm seus valores justos corresponde aos saldos contábeis; e

· **Títulos e valores mobiliários:** os saldos em aplicações financeiras de curto prazo, que têm seus valores justos correspondem aos saldos contábeis.

**b) Operações com instrumentos derivativos**

A Entidade não efetuou operações em caráter especulativo, seja em derivativos, ou em quaisquer outros ativos de risco. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não existiam saldos ativos ou passivos protegidos por instrumentos derivativos.

**Administração: João Paulo Castello Branco Diniz – Diretor Executivo - CPF: 773.332.847-00**  
**Victor Avelino da Mota | CRC 114.209/O-3 | CPF: 125.704.977-11**

**As demonstrações Contábeis na íntegra encontram-se à disposição na sede da Organização.**

**SEIER AUDITORIA INDEPENDENTE LTDA**  
**CRC RJ 005.204/O-2**  
**VINÍCIUS DOS SANTOS BATISTA**  
**CRC 091.540/O-2**

**JOÃO PAULO CASTELLO BRANCO DINIZ**  
**Diretor Executivo CPF: 773.332.847-00**

**VICTOR AVELINO DA MOTA**  
**Contador Responsável CRC RJ: 114.209/O-3**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E PLANEJAMENTO**  
**EXTRATO DO TERMO ADITIVO**

**Processo Instrutivo:** 04/410.005/2022

**Termo Aditivo n.º:** 020/2022-SMFP ao Contrato nº 019/2022

**Data da Assinatura:** 04/03/2022

**Partes:** Município do Rio de Janeiro e **FINANCEIRA ALFA S.A. - CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO.**

**Objeto:** prorrogação do prazo contratual por 2(dois) anos, retificação da Cláusula Primeira que inclui em seu objeto o desconto em folha de pagamento de empréstimo pessoal concedido aos beneficiários de pensões pagas pelo Fundo Especial de Previdência do MRJ - FUNPREVI e dos servidores de Sociedade de Economia Mista e Empresas Públicas nos termos do Decreto nº 41.202, e retificação da Cláusula Quarta parágrafo sétimo do Contrato nº 019/2022, para estabelecer que o número máximo de parcelas da modalidade de empréstimo consignado será de 120 (cento e vinte) meses, artigo 4º do decreto nº 41.201.

**Prazo:** Início: 04/03/2022 e Término: 03/03/2024

**Fundamento:** Art. 25, da Lei n.º 8.666/93.

**\*Omitido no D.O.Rio de 28/03/2022.**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE COORDENAÇÃO**  
**GOVERNAMENTAL - SMCG**  
**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DA REGIÃO**  
**DO PORTO DO RIO DE JANEIRO S/A**  
**EXPEDIENTE DO DIA 10/05/2022**  
**EXTRATO CONTRATUAL**

**Processo:** POR-PRO-2022/00034

**Contrato:** 007/2022

1. Objeto: Prestação de Serviços de Operação Viária, monitoramento e manutenção dos túneis Marcello Allencar, Rio 450 e Arquiteta Nina Rabha;
2. Partes: Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro S/A - CDURP e MPE Engenharia e Serviços S/A.
3. Razão: Contratação Emergencial;
4. Fundamento: Art. 29, XV, da Lei 13.303 de 30/06/2016 c/c Art. 39, XV do Decreto Rio 44.698/2018 de 29/06/2018.
5. Valor total: R\$ 10.482.000,00 (dez milhões quatrocentos e oitenta e dois mil reais);
6. Data da assinatura do contrato: 20/04/2022
7. Vigência: 180 (cento e oitenta) dias.

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL**  
**(DECRETO Nº 3221, DE 18 DE SETEMBRO DE 1981)**

**Processo Instrutivo n.º:** 09/007.597/2021

**Contrato de Comodato n.º:** 082/2022

**Data da Assinatura:** 10/01/2022

**Partes:** PCRJ/SMS e SINDICATO DOS ESTIVADORES E TRABALHADORES EM ESTIVA DE MINÉRIOS DO RIO DE JANEIRO - SETEMRJ.  
**Objeto:** Cessão do imóvel situado à Avenida do Exército, nº 99 - São Cristóvão- Rio de Janeiro, destinado ao funcionamento da Clínica da Família Estivadores.

**Fundamento:** Artigos 579 a 585 do Código Civil cc RGCAF e Lei nº 8.666/93

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL**  
**(DECRETO Nº 3.221, DE 18 DE SETEMBRO DE 1981)**  
**EXPEDIENTE DE 11/05/2022**

**Processo Instrutivo n.º:** 09/000.334/2022

**Termo de Convênio n.º:** 080/2022

**Assinatura:** 10/05/2022

**Partes:** PCRJ/SMS e Empresa Pública de Saúde do Rio de Janeiro S/A - RIOSAÚDE

**Objeto:** Gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde no âmbito do COMPLEXO MUNICIPAL ROCHA FARIA

**Prazo:** 24 (vinte quatro) meses, de 18/05/2022 a 17/05/2024

**Valor Total:** R\$ 426.416.913,64

**Empenho n.º:** 2022/000007, no valor de R\$ 41.946.793,08

**Programa de Trabalho:** 18.99.10.302.0306.2009

**Natureza da Despesa:** 3.3.91.39.25,

**Fundamento:** art. 116 da Lei Federal nº 8666/93

**EMPRESA PÚBLICA DE SAÚDE DO RIO DE JANEIRO S/A - RIOSAÚDE**  
**EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL**

**Processo Instrutivo n.º:** 09/202.155/2021

**Instrumento:** 663/2021

**Data da Assinatura:** 07/12/2021

**Partes:** Empresa Pública de Saúde do Rio de Janeiro S/A - RIOSAÚDE e a empresa **LEFE EMERGÊNCIAS MÉDICAS LTDA**

**Objeto:** Prestação de serviços de locação de ambulância tipo D nas Unidades UPA Paciência, UPA Complexo do Alemão, UPA Sepetiba, H.M. Rocha Faria, UPA Rocinha, CER Barra, UPA Vila Kennedy e UPA Costa Barros.

**Prazo:** 21/01/2021 a 30/12/2021

**Valor Total:** R\$ 308.186,67

**Programa de Trabalho:** 18.51.10.302.0306.4011

**Natureza da Despesa:** 3.3.90.39.88

**Nota de Empenho n.º:** 2021/6404 no valor de R\$ 66.220,00, 2021/6420 no valor de R\$ 76.976,67, 2021/6406 no valor de R\$ 66.220,00, 2021/6423 no valor de R\$ 27.813,33, 2021/6409 no valor de R\$ 15.050,00, 2021/6411 no valor de R\$ 13.906,67, 2021/6414 no valor de R\$ 36.750,00 e 2021/6416 no valor de R\$ 5.250,00

**Fundamento:** Artigo 30 inciso caput da Lei 13303 de 21/06/1993 e suas alterações (inexigibilidade)

**EMPRESA PÚBLICA DE SAÚDE DO RIO DE JANEIRO S/A - RIOSAÚDE**  
**EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL**

**Processo Instrutivo n.º:** 09/262.739/2021

**Instrumento:** 582/2021

**Data da Assinatura:** 21/12/2021

**Partes:** Empresa Pública de Saúde do Rio de Janeiro S/A - RIOSAÚDE e a empresa **LEFE EMERGÊNCIAS MÉDICAS LTDA**

**Objeto:** Prestação de serviços de locação de ambulância tipo D nas Unidades UPA Senador Camará, UPA Cidade de Deus e UPA Vila Kennedy.

**Prazo:** 20/09/2021 a 21/12/2021

**Valor Total:** R\$ 74.550,00

**Programa de Trabalho:** 18.51.10.302.0306.4011

**Natureza da Despesa:** 3.3.90.39.88

**Nota de Empenho n.º:** 2021/5719 no valor de R\$ 31.500,00, 2021/5720 no valor de R\$ 31.500,00 e 2021/5721 no valor de R\$ 11.550,00

**Fundamento:** Artigo 30 inciso caput da Lei 13303 de 21/06/1993 e suas alterações (inexigibilidade)

**EMPRESA PÚBLICA DE SAÚDE DO RIO DE JANEIRO S/A - RIOSAÚDE**  
**EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL**

**Processo Instrutivo n.º:** 09/202.155/2021

**Instrumento:** 663/2021

**Data da Assinatura:** 07/12/2021

**Partes:** Empresa Pública de Saúde do Rio de Janeiro S/A - RIOSAÚDE e a empresa **LEFE EMERGÊNCIAS MÉDICAS LTDA**

**Objeto:** Prestação de serviços de locação de ambulância tipo D nas Unidades UPA Paciência, UPA Complexo do Alemão, UPA Sepetiba, H.M. Rocha Faria, UPA Rocinha, CER Barra, UPA Vila Kennedy e UPA Costa Barros.

**Prazo:** 21/01/2021 a 30/12/2021

**Valor Total:** R\$ 308.186,67

**Programa de Trabalho:** 18.51.10.302.0306.4011

**Natureza da Despesa:** 3.3.90.39.88

**Nota de Empenho n.º:** 2021/6404 no valor de R\$ 66.220,00, 2021/6420 no valor de R\$ 76.976,67, 2021/6406 no valor de R\$ 66.220,00, 2021/6423 no valor de R\$ 27.813,33, 2021/6409 no valor de R\$ 15.050,00, 2021/6411 no valor de R\$ 13.906,67, 2021/6414 no valor de R\$ 36.750,00 e 2021/6416 no valor de R\$ 5.250,00

**Fundamento:** Artigo 30 inciso caput da Lei 13303 de 21/06/1993 e suas alterações (inexigibilidade)

**SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA**  
**EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO ACORDO DE COOPERAÇÃO**  
**PROCESSO INSTRUTIVO N.º: 12/002.128/2020**  
**1º TERMO ADITIVO Nº 01/2022 AO TERMO DE COOPERAÇÃO Nº: 905/2020**  
**DATA DA ASSINATURA:** 10/05/2022  
**PARTES:** Secretaria Municipal de Cultura e Organização dos Estados Ibero - Americanos.

**OBJETO:** Alteração da Cláusula III, item 4 do Termo de Cooperação Técnica n.º 905/2020.

**PAZO:** 28/12/2022.

**VALOR:** R\$ 4.600.000,00(quatro milhões e seiscentos reais)

**PROGRAMA DE TRABALHO:** 30.02.13.392.0154.2180

**NATUREZA DA DISPESA:** 3.3.50.39.09

**NOTA DE EMPENHO:** 157/2022

**FUNDAMENTO:** Art. 25, caput da lei: 8.666/93 e suas alterações.

**SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA**  
**EXTRATO DE TERMO ADITIVO**  
**EXPEDIENTE DE 11/05/2022**

**Processo nº 12/002.128/2020 - TORNO SEM EFEITO** o Extrato de Termo Aditivo publicado no D.O. nº 35, 1ª coluna, pág.88 de 09/05/2022, a partir da presente data.

**EMPRESA PÚBLICA DE SAÚDE DO RIO DE JANEIRO S/A - RIOSAÚDE**  
**EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL**

**Processo Instrutivo n.º:** 09/202.209/2021

**Instrumento:** 534/2021

**Data da Assinatura:** 15/12/2021

**Partes:** Empresa Pública de Saúde do Rio de Janeiro S/A - RIOSAÚDE e a empresa **PREMIER COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA**

**Objeto:** Prestação de serviços de alimentação nas Unidades UPA Paciência, UPA Complexo do Alemão, UPA Rocinha, CER Barra, UPA João XXIII e UPA Sepetiba.

**Prazo:** 06/01/2021 a 15/12/2021

**Valor Total:** R\$ 438.721,49

**Programa de Trabalho:** 18.51.10.302.0306.4011

**Natureza da Despesa:** 3.3.90.39.11

**Nota de Empenho n.º:** 2021/5629 no valor de R\$ 87.762,87, 2021/5630 no valor de R\$ 103.644,23, 2021/5632 no valor de R\$ 64.592,65, 2021/5634 no valor de R\$ 82.914,48, 2021/5631 no valor de R\$ 71.346,50, 2021/5633 no valor de R\$ 28.460,76

**Fundamento:** Artigo 30 inciso caput da Lei 13303 de 21/06/1993 e suas alterações (inexigibilidade)

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL**  
**(DECRETO Nº 3.221, DE 18 DE SETEMBRO DE 1981)**

**Processo Instrutivo n.º:** 09/000.807/2021

**Termo de Convênio n.º:** 004/2022 - Livro II-3-B - Fls: 179 a 184.

**Data da Assinatura:** 25/04/2022

**Convenientes:** MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E A UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

**Objeto:** O presente Convênio tem por objeto o oferecimento de campo de prática em serviço de Saúde nas Unidades/Órgãos da Secretaria Municipal de Saúde para os residentes do Programa de Residência Médica em Medicina de Família e Comunidade da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

**Vigência:** 60 (sessenta) meses, em dias corridos, contados da data de sua publicação, em extrato, no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, podendo ser alterado mediante a assinatura de Termo Aditivo.

**Fundamento:** Toda a Legislação aplicável, especialmente a Lei Federal nº 8666/93 e suas alterações.

**CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO**  
**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2022**

A PREGOEIRA E A COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO tornam público e comunicam aos interessados que realizarão licitação, nos seguintes termos:

Modalidade: **PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2022**

Data: **25 de maio de 2022** Horário: **13:00 horas**

Processo Administrativo: **CMRJ 4334/2019**

Objeto: **Aquisição de solução de backup, dividindo-se nos seguintes itens: (1) Biblioteca de fitas; (2) Servidor de Rede Corporativa do Tipo Rack; e (3) Atualização de Licença do Software Commvault Complete Backup & Recovery.**

Tipo de Licitação: **Menor Preço por Item**

Valor Total Estimado: **R\$ 2.002.794,00** (dois milhões, dois mil, setecentos e noventa e quatro reais).

Prazo de Execução: **Conforme item 8.3 do Termo de Referência.**